



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Antonio Gramsci e os Subaltern Studies: uma investigação sobre os conceitos de hegemonia e subalterno<sup>1</sup></b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Camila Massaro de Góes	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Essa pesquisa possuiu o objetivo de realizar um estudo exploratório sobre a apropriação do pensamento político e social de Antonio Gramsci no âmbito dos chamados Subaltern Studies, destacando os trabalhos de Dipesh Chakrabarty, Gyanendra Pandey, Partha Chatterjee, Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak. Por meio desse estudo pretendeu-se identificar as formas de tradução do pensamento gramsciano e, principalmente dos conceitos de hegemonia e subalterno, pelos Subaltern Studies e individualizar a contribuição específica destes para a compreensão dos processos de constituição de uma direção político-cultural na sociedade.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Antonio Gramsci, Subaltern Studies, subalterno			
ABSTRACT			
This research has as its main objective to make an exploratory study on Antonio Gramsci's political and social thought towards the sphere of Subaltern Studies, with more attention to the work of the scholars Dipesh Chakrabarty, Gyanendra Pandey, Partha Chatterjee, Ranajit Guha and Gayatri Chakravorty Spivak. With this study, our aim is to identify the forms of translation from the writings of Gramsci and, mainly the concepts of hegemony and subaltern by the Subaltern Studies and individualize the specific contribution of this group for the understanding of the process of constitution of a cultural and political direction of the society.			
KEYWORDS			
Antonio Gramsci, Subaltern Studies, subaltern			

### Introdução

Ao final de seu alentado trabalho de reconstrução da trajetória dos estudos gramscianos, Guido Liguori vislumbrou um programa de pesquisa no qual a contextualização efetiva do pensamento do marxista sardo permitiria aprofundar uma “escavação conceitual” capaz de identificar as múltiplas fontes de sua reflexão, bem como seu lugar na história (LIGUORI, 1996, p. 254). Dez anos depois, o mesmo Liguori constatava, juntamente com Chiara Meta, o desenvolvimento desigual desse programa de pesquisa: embora sua realização tivesse qualitativamente motivado novas e rigorosas abordagens, quantitativamente teria ocorrido um descompasso entre a retração dos estudos gramscianos na Itália e a ampla difusão destes no resto do

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi apresentada no curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC CNPq-PRP/Unicamp) sob orientação do Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez. Esta se insere em uma pesquisa mais ampla sobre o pensamento gramsciano, sediado no Grupo de Pesquisa “Marxismo e Pensamento Político” no âmbito do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

mundo (LIGUORI e META, 2005, p. 7). A situação política na qual esse desenvolvimento desigual ocorreu é importante para sua compreensão. Marcada pelo colapso do “socialismo real” e pelo fim do Partido Comunista Italiano (PCI), a evolução desses estudos pôde, pela primeira vez afastar-se das determinações da conjuntura política e das necessidades do momento (cf. DURANTE, 1999, p. 3-4). Mas a crise do “partito di Gramsci” repercutiu negativamente, no contexto italiano, na difusão da obra daquele que era identificado como seu fundador. O apelo das ideias de Gramsci não era o mesmo, o que explicaria o declínio quantitativo das pesquisas a ele dedicadas. Foi esse mesmo contexto, entretanto, que libertou o marxista sardo de seu segundo encarceramento, permitindo a internacionalização dos estudos gramscianos e a abertura à investigação dos novos problemas apresentados seja pelas transformações do mundo contemporâneo, seja pelo reconhecimento de novas realidades políticas e sociais.

Essa crescente difusão internacional dos estudos gramscianos impulsionou principalmente a discussão sobre o seu conceito de hegemonia e sua teoria sobre a cultura, que contradisse a “descoberta” e o impacto extraordinário de seu pensamento sobre a cultura italiana no período de vinte anos que sucederam a primeira edição das *Lettere* e dos *Quaderni* (VACCA, 2009, p.11). Nesse sentido, o principal veículo da fortuna que Gramsci obteve internacionalmente, pode ser observado nos *Cultural Studies*, que possui em seu núcleo dinâmico, justamente, o conceito de hegemonia e a teoria da cultura. É importante destacar que a obra gramsciana provê um modo de entender a cultura, na sua relação com o poder, as classes sociais, a ideologia e principalmente com a hegemonia, que possibilita uma singular e constitutiva capacidade de adaptação e tradução para aqueles que se baseiam em seu conteúdo, apropriando-se de suas noções ao analisar situações muito diversas daquelas nas quais o marxista sardo conheceu e viveu, como se observa notavelmente a partir do trabalho de Stuart Hall, Raymond Williams e Edward Said (BARATTA, 2009, p.17).

A importância de Antonio Gramsci e da internacionalização de seus estudos não se restringe, entretanto, apenas à esfera dos estudos culturais, e pode ser observada a partir das criativas apropriações realizadas, em outras diversas áreas, como nos estudos pós-coloniais e nas relações internacionais. Ao longo de sua obra, tanto pré-carcerária como nos *Quaderni*, Gramsci desenvolve importantes conceitos, além da noção de hegemonia, que são largamente utilizados pelas Ciências Sociais e pela Historiografia atual, e que, portanto, merecem destaque em sua obra. Ao refletir ainda no conteúdo do autor que pode ter destaque como ferramenta de análises sociais, destaca-se o grupo dos chamados *Subaltern Studies*.

A história social indiana tem se destacado como um dos campos mais respeitados e de maior inovação teórica no cenário metodológico a partir do final dos anos 1970 – destaco os *Subaltern Studies*, nesse contexto, como um de seus principais desdobramentos, sendo considerado por muitos

como a mais influente intervenção na história da Índia nos últimos anos (CHANDAVARKAR, 1997, p.181).

É nesse período que surge o novo Centro de Estudos de Ciências Sociais (CSSSC) de Calcutá, que embora apoiado pelo governo indiano, apresentava uma tendência nitidamente marxista. Em seu interior existia uma clara divisão entre os considerados “velhos” marxistas e a “nova” tendência, marcada pelo movimento naxalista<sup>2</sup>. No cerne desse segundo grupo, surgiu pouco a pouco um núcleo de estudos sob influência de Ranajit Guha<sup>3</sup>. Nessa ocasião, Guha já havia tido uma carreira intelectual e política complicada marcada por difíceis relações com todos os considerados “grandes” do marxismo indiano dos anos de 1950 e 1960. Foi no CSSSC, sob a sua decisiva influência, que se reuniram os principais intelectuais que compuseram e fundaram os *Subaltern Studies*. Entre eles destaco Dipesh Chakrabarty, que optou por trabalhar sobre a classe operária indiana; Gyanendra Pandey, que tinha já uma importante tese sobre os camponeses na Índia do Norte; Shahid Amin, também historiador do campesinato; Gautam Bhadra, que se interessava pela história da transição do Império Mongol para o Império Britânico; e Partha Chatterjee, entre eles considerado o mais teórico, devido à sua formação mais avançada em teoria e filosofia política (SUBRAHMANYAM, 2004, p.10).

Esse grupo de estudiosos organizou uma série de coletâneas de artigos sobre a história social indiana, da qual o primeiro volume, “*Subaltern Studies I: Writings on South Asian History and Society*” é lançado em Delhi no ano de 1982. A partir dessa primeira publicação, o debate entre o grupo de historiadores “subalternistas” e os outros (tanto os “velhos marxistas” como os nacionalistas tradicionais) tornou-se cada vez mais intenso, como se infere nas páginas de *Social Scientist*, revista onde se discutia as ideias do Partido Comunista Indiano Marxista (PCM) da época. Concomitantemente, os escritos dos *Subaltern Studies* atingem um público mais vasto – no final dos anos de 1980 passaram a ser conhecidos fora da Índia e do âmbito da historiografia indiana<sup>4</sup>. A obra do grupo passa a ser debatida em revistas americanas por intermédio de Gayatri Chakrabarty

---

<sup>2</sup>Movimento destinado a criar uma nova aliança entre alunos universitários e camponeses, em nome de uma revolução supostamente maoísta. O seu nome se dá em função de sua origem geográfica, na pequena vila de Naxalbari, no norte de Bengala, na Índia (SUBRAHMANYAM, 2003, p.8).

<sup>3</sup>Ranjit Guha editou os primeiros seis volumes da série *Subaltern Studies: Writings on South Asian History* (I, II, III, IV, V, VI) de 1982 a 1989. Suas publicações incluem *A Rule of Property for Bengal: An Essay on the Idea of Permanent Settlement* (1963, 1982, 1996), *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India* (1983), e *Dominance without Hegemony: History and Power in Colonial India* (1998).

<sup>4</sup>Para Chakrabarty, pensar na expressão “*subaltern studies*” no começo dos anos 1980 referia-se apenas a uma série de publicações acerca da história indiana. Já no início dos anos 2000, passou a significar uma designação geral para um campo de estudos relativo ao pós-colonialismo (2000,p.9). Importante destacar que o tema da “história moderna indiana” é um recente desenvolvimento resultado de pesquisas não só de universidades da Índia, mas também na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Austrália desde o fim do regulamento britânico em 1947 (*idem*, p.10).

<sup>4</sup>Gayatri Chakravorty Spivak (1942) é uma crítica e teórica indiana internacionalmente conhecida por seu artigo *Can the Subaltern Speak?* (2010) considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo, e por sua tradução de *Of Grammatology* de Jacques Derrida.

Spivak<sup>5</sup> (antiga aluna do Presidency College de Calcutá). Spivak chama a atenção no interior dos *Subaltern Studies* por levantar questões referentes ao debate com o marxismo, o feminismo, o pós-colonialismo e a desconstrução e crítica do imperialismo.

Pode-se estabelecer que o que unificava a todos esses intelectuais era o fato de serem estudiosos e críticos da obra de Karl Marx. Todos eles foram influenciados em menor ou maior medida por muitas variedades do chamado marxismo ocidental, especialmente pelas idéias dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci que ganhavam novo fôlego editorial desde 1975, com a publicação da edição crítica por Valentino Gerratana, além da influência de pensadores estruturalistas e pós-estruturalistas como Edward Said, Roland Barthes, Michel Foucault e Jacques Derrida. Destaca-se também a influência de pensadores britânicos e americanos, como E.P. Thompson e Eric Hobsbawn. É possível observar, ainda, que o projeto dos *Subaltern Studies* no início era fortemente inspirado na obra de Antonio Gramsci no que diz respeito à história das classes subalternas (GRAMSCI, Caderno 25, 1973, pp.2277-2294). Esse projeto adotara o paradigma da história “que vinha de baixo” para contestar a história da “elite” escrita por indianos nacionalistas. No prefácio do *Subaltern Studies I*, Guha admitiu que seria indolente, entretanto, equiparar-se aos seis pontos do projeto previsto por Gramsci em seus *Notes on Italian History*<sup>6</sup>. O projeto “subalternista” se desdobrou de tal modo que é possível observar uma autonomização dos *Subaltern Studies* em relação ao pensamento de Gramsci, realizada com a combinação de idéias do marxista sardo com outras combinações teóricas relevantes na época, citadas acima.

Sob essas influências, a inauguração do projeto *Subaltern Studies* em 1982 se deu com a afirmação de Guha de que a historiografia indiana fora dominada por muito tempo pelo elitismo – o elitismo colonialista e o elitismo nacionalista-burguês (GUHA, 1982, p.1). Ambos foram originados de um produto ideológico do regimento britânico na Índia, que permaneceram mesmo após a transferência de poder, sendo assimilados como discursos neo-colonialistas e neo-nacionalistas, na Inglaterra e na Índia respectivamente. Essas duas variedades do elitismo partilhavam da mesma discriminação que informou esse processo, do qual o empreendimento foi exclusivamente ou predominantemente da elite, ao fazer do nacionalismo a nação indiana, e do seu desenvolvimento a sua consciência (*idem, ibidem*, pg 1).

Nesse projeto inicial, se estabeleceu que o domínio da política estava estruturalmente dividido na Índia, e não unificado e homogêneo, como a interpretação da elite afirmava. Em 1999,

---

<sup>5</sup> *Notes on Italian History* é um dos volumes dos Cadernos do Cárcere publicados em inglês em 1973, e utilizada por Guha em suas citações. Essa edição é composta em maior parte pelo volume III dos *Quaderni de Carcere*, da Edição Crítica de Valentino Gerratana. Destacam-se nesse volume o Caderno 19, *Il Risorgimento*, e o Caderno 25, *Storia dei gruppi sociali subalterni*

nos *Subaltern Studies Reader 1986-1995*, Guha reafirmou o principal objetivo do grupo de estudiosos que consistia na tentativa de desfazer os efeitos de tal suposta unificação do domínio da política, por meio de um modo alternativo de organização em diversos temas – tendo a divisão estrutural da política como sua preocupação central (*idem*, 1999, p.xv.). A noção de “subalterno” aqui tem importância central. Apropriada dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci, essa noção apresenta tanto conotações políticas, quanto intelectuais. No prefácio dos *Selected Subaltern Studies*, de 1988, Edward Said explicitou que nela há um oposto implícito – a existência do “dominante” ou da “elite”. No caso da Índia, as classes aliadas aos britânicos que dominaram a Índia por 300 anos (SAID, 1988, p. v-x).

Reconhecidos internacionalmente<sup>7</sup>, os *Subaltern Studies* chamaram a atenção, nessas duas décadas, para as especificidades históricas da sociedade indiana, enfatizando o papel primordial dos laços comunitários, religiosos e culturais na formação de *classes sociais* na Índia. Esse conjunto de trabalhos, amplamente difundidos nos anos 1980 e 1990, pretendia pensar os problemas e os dilemas políticos da Índia pós-colonial. O último volume da série, o décimo primeiro, é lançado em 2000 em Nova York, editado por Partha Chatterjee e Pradeep Jeganathan. É necessário ressaltar que a contribuição dos *Subaltern Studies* se assentou em um esforço coletivo de interpretação da história indiana, com notáveis monografias, produzidas por intelectuais singulares que se associaram ao projeto como um todo. Os estudos mais bem sucedidos nessa área buscaram situar conflitos sociais locais e movimentos políticos, bem como as complexas relações sociais que constituem o seu diverso contexto material e discursivo<sup>8</sup> (CHANDAVARKAR, 1997, p.181).

Os *Subaltern Studies* exerceram importante influência numa geração de intelectuais norte-americanos, latino-americanos e africanos dos anos 1990, tendo como uma de suas principais consequências a formação dos *Latin American Subaltern Studies*<sup>9</sup> em 1992. Muitos foram os que os revisaram e os debateram em busca de apreender a relevância de seus estudos e os ganhos que alcançaram no âmbito do pós-colonialismo, do marxismo e do pensamento neo-gramsciano<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Seleções provenientes das séries dos *Subaltern Studies* foram publicadas em inglês, espanhol, bengalês e hindu (CHAKRABARTY, 2000, p.9).

<sup>7</sup> Se destacam, nesse sentido: *The Coming of the Devi: Adivasi Assertion in Western Índia* (1987), de David Hardiman; *Sugarcane and Sugar in Gorakhpur: Na Inquiry into Peasant Production for Capitalist Enterprise in Colonial Índia* (1984) de Shahid Amin; *Peasant revolt and Indian Nationalism: Peasant Movement in Awadh. 1919-1922* (1982) de Gyanendra Pandey, entre outros (CHANDAVARKAR, 1997, p.194).

<sup>9</sup> Os *Latin American Subaltern Studies* foram formados em 1992 por John Beverley e Ileana Rodriguez. Inspirados pelo grupo indiano dos *Subaltern Studies*, buscavam aplicar uma perspectiva similar para a América Latina. Junto com os *Latin American Cultural Studies* é considerado como um dos estudos recentes mais importantes nesse âmbito.

<sup>10</sup> Para uma crítica pós-estrutural, ver O’Hanlon, *Recovering the Subject: Subaltern Studies and Histories of resistance in Colonial South Ásia*. Para uma atenciosa e medida crítica à influência de Said, ver Sumit Sakar, *Orientalism revisited: Saidian frameworks in the Writing of Modern Indian History* (1994) e O’Hanlon, *After Orientalism: Culture, Criticism and Politics in the Third World* (1992). E para uma recente auto-avaliação, ver Gyan Prakash, *Subaltern Studies as Postcolonial Criticism* (1994), acompanhado pela avaliação do impacto na história Latino-Americana e

Embora extremamente férteis em suas pesquisas, a apropriação das categorias gramscianas pelos *Subaltern Studies* nem sempre teve como pressuposto uma reconstrução rigorosa do pensamento do marxista sardo. O ponto de partida para esses novos estudos foi, assim, uma leitura filologicamente *débole* da obra deste e, principalmente dos *Quaderni del carcere* (BIANCHI, 2008, p.15). Alguns comentadores têm destacado que os *Subaltern Studies* teriam ampliado enormemente o conceito de subalterno afastando-se da conotação inicialmente atribuída (cf. DEL ROIO, 2007, p. 199). O caráter dessas apropriações na reconstrução do pensamento gramsciano constituiu o problema central dessa pesquisa.

### **1. Os *Subaltern Studies* e as noções de hegemonia e subalternidade**

A análise da hegemonia e da condição subalterna, para Gramsci, não pode ser reduzida à relação entre as nações, mas deve, também, dar conta das relações entre classes sociais ou frações dessas. A representação “individualizada” dos Estados e das nações é uma simples metáfora. Toda relação de “hegemonia”, no sentido de expansão de uma determinada concepção de mundo, é necessariamente uma relação pedagógica que se verifica, segundo o autor, não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. É necessário salientar que essa relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos – entre camadas intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército (GRAMSCI, 2002a, p.399). Essas representações existem como distinções de grupos “verticais” e como estratificações “horizontais”, isso é, como uma coexistência e justaposição de civilizações e culturas diversas, relacionadas pela coerção estatal e organizadas culturalmente numa “consciência moral”, contraditória e ao mesmo tempo “sincrética”, bem como pela presença de classes e grupos sociais (GRAMSCI, 2002a, p.294). É possível compreender o conceito de subalterno na medida em que as estratificações oriundas dessa relação hegemônica interagem em uma relação de domínio, na qual uma parte é a dominante e a outra é dominada, subalterna.

Para Gayatri Spivak (1988), importante integrante do grupo de autores que se inserem no campo dos *Subaltern Studies*, todo o trabalho dessa área de estudos é uma expansão e enriquecimento da noção de subalterno desenvolvida por Antonio Gramsci – noção essa que procura rebater a concepção que coloca o homem como um sujeito passivo. A “heterogeneidade” que os subalternos representam pode ser descoberta apenas quando o mesmo é visto na “posição de sujeito”. E com isso, para a autora, se faz ponderar a fragilidade da noção de nação e de democracia,

---

Africana, por E.Mallon, *The Promise and Dilemma of Subaltern Studies: Perspectives from Latin American History* e Cooper, *Conflict and Correction: Rethinking Colonial African History* (CHANDAVARKAR, 1997, P.194).

quando a elite, o estrangeiro e o indígena intervêm contra a emergência de um povo comum (SPIVAK, 1988, p.xii). Não obstante, Edward Said na introdução de *Selected Subaltern Studies*, registra que foi através de Gramsci que se estabeleceu que onde quer que haja história, há também classes, e que essa essência do histórico reside em uma longa e extraordinária interação entre “governantes” e “governados”, entre elite dominante, ou classe hegemônica, e classe subalterna, ou emergente classe de governados pela coerção (SAID, 1988, p.vi). Ranajit Guha explica ainda que a palavra “subaltern” no título assume o significado dado pelo Concise Oxford Dictionary: “of inferior rank”, isto é, de grau inferior (GUHA, 1988, p. 35). Esse autor estabelece que o termo será usado como uma atribuição geral para a subordinação existente na sociedade do sul da Ásia, quer em termos de classe, casta, período histórico, gênero ou repartição. No entanto, reconhece-se que subordinação não pode ser entendida se não como um dos termos constitutivos de uma relação binária, na qual “o outro” é a dominância – os grupos subalternos sempre sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação (GRAMSCI, 2002c, p.135).

Através da utilização da noção de subalterno e de sua designação entendida generalizadamente como “de grau inferior”, parte-se de Gramsci como pressuposto, e de sua reflexão a cerca do camponês meridional. Assim, se segue adiante, ampliando o conceito de “subalterno” através de sua utilização no mundo colonial e pós-colonial: com o migrante, o refugiado, etc. (CURTI, 2006, apud DEL ROIO, 2007). Acredito que o uso desse conceito tenda a ser expandido para além da perspectiva de classes, na qual Gramsci se insere, de modo que o diálogo estabelece relação muitas vezes com direitos particulares e de identidade cultural.

No entanto, a distinção entre colonizados, migrantes, proletários ou mesmo “subalternos” não pode se dar simplesmente através da análise da sucessão cronológica, como alerta Lúcia Curti (2006). Tratam-se, às vezes, de condições simultâneas, frequentemente em sobreposição, das quais a subalternidade é o denominador comum. Gramsci (2002c) alerta que com frequência, os grupos subalternos são originalmente de outra raça (outra cultura e outra religião) que não a dos dominantes e, muitas vezes, são uma mistura de raças diversas, tal qual o é no caso dos escravos. Como exemplo, o autor cita a questão da importância das mulheres na história romana, que é semelhante à dos grupos subalternos até certo ponto; só num sentido o “machismo” pode ser comparado a uma dominação de classe e, portanto, tem mais importância para a história dos costumes do que para a história política e social (GRAMSCI, 2002c, p.138).

A relação entre classe, casta, gênero, etnicidade e religião torna a perspectiva de análise de uma determinada situação muito mais complexa, assim como adiciona obstáculos quando a intenção é de trabalhá-las simultaneamente. Quando se adere a uma perspectiva, o quadro de análise muda inevitavelmente. Grandes narrativas são desejáveis e possíveis, mas nenhuma é capaz de

contar toda a história. Como um holofote, elas produzem muita luz, mas também lança alguns aspectos na sombra e, podem cegar o observador (TEIXEIRA, 2005).

## 2. Tradução

Com isso, a questão da adaptabilidade e tradutibilidade do pensamento gramsciano vem inevitavelmente à tona através da reflexão suscitada por Ranajit Guha e os *Subaltern Studies*. Tal reflexão busca ilustrar não tanto a “*fortuna*”, mas a funcionalidade do pensamento gramsciano no estímulo à abertura de novos centros de pesquisa em países distantes (BARATTA, 2009,17-18).Essa questão não é neutra, assim como não se restringe ao âmbito puramente técnico ou acadêmico, como nos lembra Abdesselam Cheddadi (2009) e, portanto, merece atenção especial. Ao contrário do que se pode aparentar, o método de tradução possui caráter muito complexo, propriamente por estar relacionado a diversas outras questões, como o âmbito da cultura e da política, o do desenvolvimento econômico e social, as relações internacionais e o horizonte político e cultural levando em consideração a sua escala mundial. Os conceitos de tradução e de “tradutibilidade” são concebidos por Gramsci em diversos momentos de sua obra, e são amplamente reconhecidos por não serem de fácil leitura e compreensão, como destaca Dereck Boothman (2004).

O método gramsciano pode ser visto como fundido em seu próprio pensamento. A especificidade desse “método-pensamento” está na inseparabilidade entre o esforço de construir conceitos ou teorias gerais, e a contingência histórica e geográfica nas quais seus conceitos e sua teoria nasceram e prosperaram. A internacionalização da Questão Meridional, suscitada por Gramsci, avança na argumentação de Boothman em uma hipótese que pretende alcançar um novo modelo de análise, partindo das considerações desenvolvidas no *Quaderno 19* que trata do *Risorgimento* italiano, e mais especificamente sobre a articulação da “força urbana” e da “força rural” entre o Norte o Sul da Itália, só que agora aplicado a um contexto mais amplo e diversificado. A internacionalização se move, nesse caso, sobre duas empreitadas aparentemente opostas, mas que se complementam. A primeira trata da história dos Estados subalternos, que só se explicaria a partir da história dos Estados hegemônicos. A segunda, por outro lado, consiste no fato de que “as forças do progresso” não deveriam ser procuradas necessariamente “ao nível do Império”. Sendo proveniente da Sardenha, afirma Boothman (2004) que Gramsci sabia bem que um povo oprimido pode alcançar a libertação apenas com as suas próprias forças.

Baratta (2009) considera a argumentação de Boothman como um “*contrappunto permanente*”, entre identidade e diversidade, exemplificada por Gramsci, desde o *Quaderno 1*, a partir da metáfora de que cada raio ao passar por diversos prismas, originaria refrações de luzes



distintas. Trata-se, segundo o autor, de uma metáfora que introduz uma breve, mas muito preciosa lição epistemológica sobre trabalho cultural.

Gramsci estabelece que a tradutibilidade pressupõe que uma determinada fase da civilização tenha uma expressão cultural “fundamentalmente” idêntica, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa, diversidade determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico. Para o autor, deve-se observar se a tradutibilidade é possível entre expressões de diferentes fases de civilização, na medida em que estas fases são momentos de desenvolvimento uma da outra e, portanto, integram-se reciprocamente; ou se uma expressão determinada pode ser traduzida em termos de uma fase anterior de uma mesma civilização, fase essa que, no entanto, é mais compreensível do que a linguagem dada. Gramsci afirma ainda que “só na filosofia da práxis a “tradução” é orgânica e profunda” (GRAMSCI, 2002a, p.185).

Nessa pesquisa, destaca-se a apropriação do conceito de subalterno para o contexto indiano. Esse conceito pode ser pensado a partir da interessante consideração dinâmica da hegemonia como uma “particular condição de domínio”, desenvolvida por Guha, como será analisado mais adiante. Essa consideração abre o cenário movimentado em torno da persuasão, como veículo de possível resistência, ao contrário da mera subordinação e coerção. O conceito introduzido por Guha de “domínio sem hegemonia” se torna importante no panorama mundial por definir a articulação da categoria de subalterno. O modelo indiano demonstra, assim, uma capacidade de “adaptação” a situações diversas e distantes, e se coloca de forma harmoniosamente à obra do marxista sardo.

Nessa análise, o ponto chave para Baratta encontra-se no destaque de uma linha de substancial continuidade – nos confrontos dos subalternos na Índia – do Estado colonial ao Estado nacional liberal. Nesse sentido, a “figura-chave” que representa o elemento decisivo de continuidade entre o velho e o novo no mundo dos subordinados consiste na figura do “camponês”. Mais que um contorno social definido, entende-se com essa expressão uma metáfora, ligada aos movimentos e transformações demográficas que estão em constante mudança ao redor do mundo, introduzindo elementos aparentemente residuais e anacrônicos, mas que podem ser, ao contrário, decididamente inovadores e progressivos, em pleno coração do capitalismo planetário (BARATTA, 2009, p.20).

### **3. Ocidente e Oriente: a questão meridional**

A famosa distinção entre Ocidente e Oriente, feita por Gramsci, se insere no debate a respeito da questão da hegemonia na medida em que diz respeito às diferentes estruturas políticas mundiais, de modo a destacar a relação desigual existente entre Estado e sociedade civil a um nível extranacional. Gramsci destaca que através de um conteúdo histórico que se anexou ao termo

geográfico, as expressões Oriente e Ocidente terminaram por indicar determinadas relações entre conjuntos de civilização diversas. Contudo, estas relações são *reais*, diz Gramsci,

e correspondem a *factos reais*, permitem viajar por terra e por mar e chegar precisamente onde se pretendia chegar; permitem prever o futuro, objetivar a realidade, compreender a objetividade do mundo exterior. Aqui, racional e real se identificam. Sem ter compreendido esta relação, ao que parece, é impossível compreender a filosofia da práxis, sua posição em face do idealismo e do materialismo mecânico, a importância e a significação da doutrina das superestruturas (GRAMSCI, 2002a, p.138).

As noções de Oriente e Ocidente, ainda que “objetivamente reais”, demonstram ser nada mais do que uma “construção histórico-cultural”. Gramsci nos levanta um questionamento, então – “que significaria Norte-Sul, Leste-Oeste, sem o homem?”. O autor afirma que elas são relações reais, mas que *não existiriam sem o homem e sem o desenvolvimento da civilização*. É importante lembrar, nessa ocasião, que essa distinção não consiste em uma contribuição original de Gramsci, e na verdade, parece ter sido corrente na Internacional comunista após 1922. No entanto, o aporte do autor está aqui, em maior detalhamento e elaboração de noções que não se encontravam senão em estado rudimentar (BIANCHI, 2008, p.212).

Essa elaboração não solucionou todos os problemas inerentes à metáfora, e o próprio Gramsci era consciente de suas dificuldades. Como noções espaciais, qualquer ponto poderia estar simultaneamente ao Leste e ao Oeste de outros pontos. Mas a afirmação de um Oriente ou um Ocidente deixava de ser uma questão geográfica e passava a ser uma questão histórica quando se afirmava que o Japão está no Oriente e a Califórnia no Ocidente. Como noções históricas, Oriente e Ocidente não são construções do homem em geral, segundo Gramsci, “mas das classes cultas européias, que por meio de sua hegemonia cultural fizeram com que todo o mundo aceitasse” (GRAMSCI, 2002a, p.137). Deixaram de ser, nesse sentido, noções espaciais e passaram a significar “relações entre complexos de civilização”, designando alternadamente “árabe”, “muçulmano”, “asiático”, etc (*idem, ibidem*, p.138).

Nascido no “Oriente italiano”, e muito atento à questão meridional, Gramsci estava em guarda contra uma apropriação etnocêntrica dessas noções espaciais. Embora as utilizasse, isso não quer dizer que aceitasse o conteúdo histórico que elas carregavam. Os conceitos de Ocidente e Oriente tinham para Gramsci um valor metodológico, na medida em que por meio deles procurava distinguir diferentes realidades nacionais, bem como diferentes etapas da luta de classes (BIANCHI, 2008, p.213).

É necessário chamar atenção para a “questão meridional”, nesse âmbito, em busca de um melhor entendimento do conceito de “classes subalternas” na obra de Gramsci. Segundo Coutinho (1999), esse tema é de importância central na obra gramsciana, uma vez que serviu como ponto de

partida para um exame profundo e agudo das “vicissitudes históricas do capitalismo contemporâneo”. Essa questão encontrou lugar no contexto italiano em que o autor se situava, o qual registrava notável instabilidade política e fragmentação do senso comum. Sua preocupação consistia na unificação italiana, na medida em que o Sul ainda conservava resíduos feudais e formava com os latifundiários meridionais um “bloco histórico dominante” (COUTINHO, 1999, p. 65). O Sul da Itália é definido por Gramsci como:

uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não têm nenhuma coesão entre si (...) A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais de pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais (GRAMSCI, 1987, p.154)

É importante chamar a atenção nesta ocasião para o uso do conceito de bloco histórico. Para Gramsci, bloco histórico consiste em uma unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos (GRAMSCI, 2002b, p.26). Esse conceito lhe permitiu uma análise crítico-histórica dos aspectos que se verificavam de mais intenso no capitalismo contemporâneo, que consistiam na unificação dos processos de reprodução social das relações políticas, assim como na reprodução político-ideológica das relações sociais – o conceito de bloco histórico designaria a relação dialética existente entre “a espessura ‘objetiva’ das forças materiais existentes na sociedade e a prática de uma política livre e criativa desencadeada por grupos socialmente organizados” (BIANCHI, 2008, p.138). Bloco histórico seria, então, o momento consolidado da hegemonia, nos quais os interesses particulares são assumidos como interesses universais.

Como condição para o proletariado se tornar “classe dirigente”, nessa esfera, seria necessário não só controlar a produção econômica, mas também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais opostas ao capitalismo. É nesse sentido que a preocupação central de Gramsci situa-se ao redor da questão da hegemonia, propriamente em relação à capacidade que deveria ter o proletário de não limitar sua ação à simples coerção, mas de fundá-la essencialmente sobre o consenso das massas trabalhadoras e, em particular, do campesinato. A classe operária não pode subestimar essa questão – mesmo depois do acesso ao poder, ela deve continuar a ser dirigente (COUTINHO, 1999, p.70). Em uma das suas mais famosas passagens à cerca do conceito hegemonia, Gramsci diz:

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o

poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002c,p.62).

A classe operária deveria assumir como sua a tarefa de resolver a questão meridional: dirigir politicamente a massa de camponeses e conduzi-los à realização de uma reforma agrária radical que pusesse fim ao poder dos latifundiários e, desse modo, destruísse as relações hegemônicas que a burguesia industrial do Norte continuava a exercer sobre o conjunto da população meridional – a aliança operário-camponesa é, para Gramsci, uma condição de vitória da revolução operária (COUTINHO,1999, pp. 65 - 67). Segundo Del Roio (2007), a ideia de uma frente única para a Itália, que deveria encontrar nessa aliança o núcleo gerador da revolução socialista, forneceu à Gramsci a chave para que pudesse encontrar um novo lugar para o campesinato na estratégia revolucionária. Esse sujeito revolucionário, tão importante quanto o peso econômico e demográfico que desempenhava, foi, nos *Quaderni*, colocado num conjunto denominado como "classes subalternas" (DEL ROIO, 2007).

A questão meridional pode ser vista, a partir da argumentação de Del Roio, como uma contribuição à unificação do gênero humano – a questão meridional seria, então, uma questão internacional. A unificação das classes subalternas da Itália deve unificar a classe operária dentro de uma perspectiva política e cultural que reconheça a necessidade da aliança com o campesinato, num contexto internacional de atualidade da revolução socialista. Nos conceitos de guerra de posição e guerra de movimento, Gramsci reconhecia a importância das áreas marginais, dos componentes internos da formação de classe, seja a dominante ou a subalterna, elementos esses que se tornam fundamentais no trabalho de Ranajit Guha e Gayatri Spivak. Os camponeses dos quais Gramsci tratava encontra um paralelo na organização da população tribal indiana dos quais tratam os *Subaltern Studies* (CURTI, 2006, p.23).

A luta pela construção de uma nova ordem e o processo de realização da hegemonia não poderiam saltar sem mediação alguma para a esfera internacional. O ponto de vista de Gramsci, inicialmente era nacional devido ao caráter nacional do poder político – apenas no terreno do Estado-nação pode uma classe tornar-se dirigente, resumindo em sua ação a solução dos problemas que afligem o conjunto das classes subalternas de um país (BIANCHI, 2008, p.248). Assim,

uma classe de caráter internacional enquanto guia estratos sociais estritamente nacionais (intelectuais) e também frequentemente menos ainda que nacionais, particularistas e municipalistas (os camponeses), deve ‘nacionalizar-se’ em um certo sentido” (GRAMSCI, 1977, apud BIANCHI, 2008, p.248).

## **Conclusão**

A inclusão que Gramsci faz do camponês meridional na luta de classes, fez com que o subalterno do Sul ficasse ao lado do proletariado do Norte, “a mão escura ficasse ao lado da mão branca”. O conceito de subalternidade, fundado em termos geográficos, encontrou lugar em Gramsci no momento que este trata de um “terreno comum” entre os camponeses do Sul e o proletariado do Norte (CURTI, pp. 21-22). No entanto, essa noção originária de subalterno sofreu “correções e adaptações”, a partir das apropriações de Raymond Williams, no âmbito dos estudos culturais, assim como no desenvolvimento do pensamento sobre a diferença e com os estudos pós-coloniais. Estes últimos, nos quais os *Subaltern Studies* se encontram, têm tratado em primeiro lugar da cultura marginal e reprimida nos regimes patriarcais e/ ou coloniais – em particular, através da análise de literaturas e culturas das minorias.

## **Bibliografia**

- BARATTA, Giorgio. Prefazione. In: SCHIRRU, Giancarlo. *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009.
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOOTHMAN, Derek. Traducibilità e processi tradutivi. Perugia: Guerra, 2004.
- CHEDDADI, Abdesselam. Traduzione e cultura nel mondo arabo: una prospettiva storica. In: SCHIRRU, Giancarlo. *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009.
- DURANTE, Lea. Il libro del convegno di Napoli. *International Gramsci Society Newsletter*, n. 9, 3-13, Mar., 1999.
- LAL, Vinay. Walking with the Subaltern Studies, Riding with Academy: The Curious Ascendancy of Indian History. In: *Studies in History*, 17, 1, n.s. New Delhi/ thousand oaks/London: Sage Publications, 2001.
- LIGUORI, Guido. *Gramsci conteso: storia di un dibattito, 1922-1996*. Roma: Riuniti, 1996.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Postcoloniality and the Artifice of History: Who speaks for Indian Pasts? In: GUHA, Ranajit (ed.). *A subaltern studies reader 1986-1995*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1999.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Subaltern Studies and Postcolonial Histotography*. Nepantla: Views from South, 2000.
- CHANDAVARKAR, Rajnarayan. The making of the working class: E.P. Thompson and Indian History. In: *History Workshop Journal*, issue 43, 1997.
- CHATERJEE, Patha. The Nation and Its Women. In: GUHA, Ranajit (ed.). *A subaltern studies reader 1986-1995*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CURTI, L. 2006. Percorsi di subalternità : Gramsci, Said, Spivak. In: CHAMBERS, Iain. *Esercizi di potere: Gramsci, Said e il postcoloniale*. Roma: Meltemi, 2006.
- DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno [Online]. Disponibilidade:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782007000200006&lng=enes&nrm=iso&tlng=enes](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782007000200006&lng=enes&nrm=iso&tlng=enes)>. Data de acesso: 09/02/2010.

- GRAMSCI, Antonio. A questão meridional. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, v. 1 (Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.)
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, v. 3 (Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.)
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c, v.5 (O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália.)
- GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty (eds.). Selected subaltern studies. New York; Oxford; Oxford Univ., 1988.
- GUHA, Ranajit. Dominance without hegemony: history and power in colonial India. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.
- GUHA, Ranajit (ed.). A subaltern studies reader 1986-1995. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1999.
- GUHA, Ranajit. Omaggio a un maestro. In: SCHIRRU, Giancarlo. *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009. SAID, Edward W. Foreword. In: GUHA, Ranajit;
- SILVA, Fernando Teixeira da. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. **História**, Franca, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742005000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 28 de Junho de 2010.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (eds.) Selected subaltern studies. New York; Oxford; Oxford Univ. 1988.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Prefácio. In: CHATTERJEE, Partha. Colonialismo, Modernidade e Política. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.
- VACCA, Giuseppe. Prefazione. In: SCHIRRU, Giancarlo. *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009.[http://www.prp.unicamp.br/pibic/relatorio\\_final.php](http://www.prp.unicamp.br/pibic/relatorio_final.php) – topo.